

# SBPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 09.465.368/0001-08  
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em atendimento às disposições legais, apresentamos o Relatório da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo Superbid, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2021 e 2020, preparadas com as práticas contábeis adotadas no Brasil e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A SBPAR Participações S.A. ("Companhia"), holding do Grupo Superbid, está sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 4º andar - Cidade Monções - São Paulo/SP. A Companhia, o Grupo Superbid iniciou suas operações em 1999, sendo pioneiro no desenvolvimento e aplicação de tecnologia para a realização de transações on-line de leilões e vendas diretas de bens de capital e de consumo duráveis na América Latina. A Companhia e suas controladas operam no mercado um ecossistema de plataformas transacionais, solução tecnológica proprietária com diferentes modelos e níveis de gestão aplicáveis às necessidades de seus clientes, além de serviços de valor agregado e soluções financeiras. A Companhia atende, através de suas soluções, agentes de venda que atuam em nome próprio (empresas vendedoras) e agentes de venda mandatados por terceiros para a venda de bens (Loteiros Oficiais, Propeiros Administrativos, Corretores de Imóveis, Empresas Organizadoras de Leilão e Empresas Intermediadoras da Venda Direta) e todo o universo de compradores potencialmente interessados na aquisição dos bens. O Grupo Superbid provê para seus clientes: • Paas (plataform as a service); plataformas tecnológicas para Digitalização, Gestão e Comercialização ("DGC") de bens de capital e de consumo duráveis. O agente de venda licencia a plataforma e faz a gestão de todo o processo DGC dos bens de capital e de consumo duráveis a serem comercializados, valendo-se do ferramental tecnológico e podendo aproveitar a audiência qualificada e a credibilidade do Superbid Marketplace para potencializar suas transações. • Serviços de Valor Agregado: serviços de Digitalização, Gestão e Comercialização de bens de capital e de consumo duráveis a serem prestados a

empresas vendedoras que desejam comercializar seus bens (digitalização dos bens, precificação, marketing, gestão logística, gerenciamento total do processo de comercialização e transferência dos bens e liquidação financeira). Esta solução geralmente é procurada por empresas que vendem com menor recorrência ou volume e/ou que não têm processos de venda de bens como *core-business*, e desejam estrategicamente terceirizar a gestão das vendas dos seus bens para não desperdiçar esforços para administração do processo. • Soluções Financeiras: plataforma de meios de pagamento para gestão da liquidação financeira das transações realizadas no Superbid Marketplace, que oferece aos compradores, vendedores e agentes de venda contas digitais para pagamento e recebimento dos bens. A *finetech* S4Payments, controlada da Companhia, promove o split para liquidação automática dos valores relativos ao preço do bem em favor dos vendedores, dos fees da plataforma e das comissões de intermediação em favor dos agentes de venda, sem a necessidade de processamento humano, reduzindo significativamente os riscos de erros, fraudes ou desvios (governança e conformidade). **Nossos valores:** • Ousadia para criar e empreender, inovação. • Foco no cliente. • Excelência operacional. • Ética e transparência. • Valorização das pessoas. • Sustentabilidade. **Gestão de Riscos:** O Grupo Superbid atua no gerenciamento dos riscos de suas operações, por meio da identificação, análise, avaliação, tratamento e monitoramento dos riscos e seus controles. O Gestão de Riscos tem como objetivo assegurar uma governança de riscos compatível com o modelo de negócios, com a natureza de suas operações e com a complexidade dos produtos, serviços, das atividades e dos processos da Companhia. Apresentamos a seguir algumas das ações que estão sendo executadas pela área de Riscos e Compliance do Grupo Superbid. **Compliance:** Desenvolvimento de estrutura normativa através de Políticas, Normas e Procedimentos e acompanhamento das demandas regulatórias. **PLD - Prevenção à Lavagem de Dinheiro:** Aplicação do Conheça seu Cliente, Parceiro, Fornecedor e Emissor. • Desenvolvimento do processo de Monitoramento

de PLD - Qualificação de Clientes e Classificação de Riscos. • Deliberação dos casos de alto risco no Comitê de PLD. **Riscos e Controles Internos:** • Identificação e Classificação de Riscos. Matriz de Riscos e Gestão de Plano de Ação. • Gestão de Incidentes de Riscos e Desenvolvimento de Base de Perdas Operacionais. • Acompanhamentos dos riscos altos e críticos no Comitê de Riscos e Compliance. **Governança da Segurança da Informação:** Participação de Comitê de Segurança da Informação. • Acompanhamento de Projetos de Segurança da Informação junto com o time de TI. **Privacidade e Proteção de Dados:** • Adequações de contratos junto a fornecedores para atender os requisitos da LGPD. • Avaliação e classificação de fornecedores junto ao tema privacidade. • Gestão de consentimentos e mapeamento de dados pessoais e sensíveis. **Desempenho operacional e financeiro consolidado:** a) **Patrimônio líquido e lucro líquido:** A Companhia encerrou o exercício findo em 31/12/2021 com patrimônio líquido de R\$55.961 mil em 2021, enquanto em 31/12/2020 foi de R\$33.611 mil, representando um aumento de R\$22.350 mil ou 66%. O lucro líquido do exercício de 2021 atingiu R\$27.243 mil, representando um crescimento de R\$8.306 mil ou 44% em relação ao exercício anterior, que apresentou lucro líquido de R\$18.937 mil. b) **Recalça operacional líquido:** A recalça operacional líquida no exercício de 2021 foi de R\$193.333 mil, enquanto no exercício anterior foi R\$139.036 mil, representando um crescimento de R\$54.297 mil ou 39%. c) **Despesas comerciais e administrativas:** As despesas comerciais e administrativas no exercício de 2021 somaram R\$76.850 mil, sendo R\$54.110 mil no exercício anterior, representando um aumento de R\$22.740 mil ou 42%. d) **EBITDA e Margem EBITDA:** O EBITDA e a margem EBITDA são métricas calculadas pela Companhia de acordo com a instrução CVM nº 527, de 10/10/2012, conciliada com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia. O EBITDA e a margem EBITDA são métricas calculadas pelo resultado financeiro líquido, pelo imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e pelas despesas de depreciação e amortização ("EBITDA"). A Margem EBITDA é calculada pela divisão do EBITDA pelas receitas líquidas ("Margem EBITDA"). Apresentamos a seguir a reconciliação do EBITDA e margem EBITDA para os exercícios findos em 31/12/2021 e 2020:

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 e 2020				
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)				
Ativo	Nota	Controladora		Consolidado
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021
<b>Caixa e equivalentes</b>	<b>5</b>	<b>4.473</b>	<b>1.220</b>	<b>114.624</b>
Contas a receber	6	-	1.540	3.452
- partes relacionadas	14	988	338	175
Adiantamentos	7	1	50	3.792
Tributos a recuperar	8	417	379	7.843
Tributos diferidos	9	-	-	949
Despesas a apropriar	10	886	2.905	514
Outros valores a receber	10	198	536	198
<b>Não Circulante</b>	<b>46.202</b>	<b>34.268</b>	<b>84.207</b>	<b>81.559</b>
Depósitos judiciais	10	-	-	31
Transações com partes relacionadas	14	4.084	5.135	142
Tributos diferidos	9	-	-	311
Outros valores a receber	10	500	650	980
Investimentos	11	41.618	28.483	42
Imobilizado	12	-	-	3.018
Direito de uso	13	-	-	6.526
Intangível	14	-	-	74.148
<b>Total do Ativo</b>	<b>53.117</b>	<b>36.453</b>	<b>216.571</b>	<b>164.022</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2021**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)  
**1. Contexto Operacional:** 1.1 **Informações gerais:** O Grupo Superbid foi fundado em 1999, sendo pioneiro no desenvolvimento e aplicação de tecnologia para a realização de transações on-line de leilões e vendas diretas de bens de capital e de consumo duráveis na América Latina. A SBPAR Participações S.A. ("SBPAR", "Companhia" ou "Controladora") foi constituída em 17/03/2008, e está sediada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 4º andar - Cidade Monções - São Paulo/SP. Após reestruturação societária realizada em 2017, a SBPAR se tornou a holding das empresas operacionais do Grupo Superbid. A Companhia e suas controladas operam no mercado um ecossistema de plataformas transacionais, solução tecnológica proprietária com diferentes modelos e níveis de gestão aplicáveis às necessidades de seus clientes, além de serviços de valor agregado e soluções financeiras. A Companhia atende, através de suas soluções, os agentes de venda que atuam em nome próprio (empresas vendedoras) ou agentes de venda mandatados por terceiros para a venda de bens (Loteiros Oficiais, Propeiros Administrativos, Corretores de Imóveis, Empresas Organizadoras de Leilão e Empresas Intermediadoras da Venda Direta) e todo o universo de compradores potencialmente interessados na aquisição dos bens. O Grupo Superbid provê para seus clientes: • Paas (plataform as a service); plataformas tecnológicas para Digitalização, Gestão e Comercialização ("DGC") de bens de capital e de consumo duráveis. O agente de venda licencia a plataforma e faz a gestão de todo o processo DGC dos bens de capital/bens de consumo duráveis a serem comercializados, valendo-se do ferramental tecnológico e podendo aproveitar a audiência qualificada e a credibilidade do Superbid Marketplace para potencializar suas transações. • Serviços de Valor Agregado: serviços de Digitalização, Gestão e Comercialização de bens de capital e de consumo duráveis a serem prestados a empresas vendedoras que desejam comercializar digitalmente os ativos, precificação, marketing, gestão logística, gerenciamento total do processo de comercialização e transferência dos bens e liquidação financeira. Esta solução geralmente é procurada por empresas que vendem com menor recorrência ou volume e/ou que não têm processos de venda de bens como *core-business*, e desejam estrategicamente terceirizar a gestão das vendas dos seus bens para não desperdiçar esforços para administração do processo. • Soluções Financeiras: plataforma de meios de pagamento para gestão da liquidação financeira das transações realizadas no Superbid Marketplace, que oferece aos compradores, vendedores e agentes de venda contas digitais para pagamento e recebimento dos bens. A plataforma mantém os pagamentos bloqueados para recebimento dos vendedores até que o processo de entrega/regratada dos bens seja concluído. A *finetech* S4Payments promove o split para liquidação automática dos valores relativos ao preço do bem em favor dos vendedores, dos fees da plataforma e das comissões de intermediação em favor dos agentes de venda, sem a necessidade de processamento humano, reduzindo significativamente os riscos de erros, fraudes ou desvios (governança e conformidade). Todas as controladas da Companhia são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas. Não são descritas resumidamente cada uma delas:

Subsidiária	Tipo de operação
MaisAtivo Intermediação de Ativos Ltda. ("MaisAtivo")	É especializada em processos de precificação e intermediação de bens de capital e bens de consumo duráveis para os setores público e privado, com células dedicadas aos mercados imobiliário, rural, corporativo e judicial.
SOLD Intermediação de Ativos Ltda. ("SOLD")	Oferece serviços de valor agregado de digitalização, gestão e comercialização de bens de consumo duráveis focada em pequenas e médias empresas e empresas varejistas. Em 10/07/2019 foi realizada a incorporação na MaisAtivo. A operação está descrita na nota explicativa nº 11.
Superbid WebServices Ltda. ("SBWS")	Desenvolvimento e fornecimento de tecnologia, além de ser proprietária (i) da plataforma SBWS ecossistema de soluções tecnológicas que oferece todas as ferramentas para a digitalização, gestão e comercialização dos bens, com interfaces do vendedor, do comprador, dos agentes de venda e APIs de integração e (ii) do Superbid Marketplace - ambiente transacional que possibilita que compradores e vendedores realizem transações online de bens de capital e bens de consumo duráveis, através de múltiplas modalidades de venda.
Solutioa Organização de Leilões Ltda. ("Solutioa")	Serviços de gestão logística e de intermediação para os segmentos financeiro e de seguros.
S4Pay Cobrança Ltda. ("S4PCobrança")	Gestão da cobrança e recebimento das transações realizadas na Plataforma SBWS. Encerrada em abril de 2021.
S4Payments Instituição de Pagamento Ltda. ("S4Payments")	Atua como instituição de pagamento e emissora de moeda eletrônica, disponibilizando contas digitais para Compradores, Vendedores e Agentes de Venda e soluções de meios de pagamento e produtos financeiros para as transações realizadas nas plataformas do Grupo Superbid. As contas digitais têm finalidade exclusiva de liquidação dos ativos. Não há emissão de moeda eletrônica para manutenção de valores em conta corrente, transferências para terceiros e pagamentos de contas.
AutoArremate S/A. ("AutoArremate")	Empresa proprietária da plataforma tecnológica focada na cadeia primária de comercialização de veículos entre montadoras, concessionárias, revendedores, locadoras e financeiras, para transformar a negociação C2B e B2B de veículos seminovos e usados em um processo mais eficiente e rentável.
NWS Tecnologia Ltda. ("NWS")	Empresa proprietária da plataforma de tecnologia que oferece ferramentas de digitalização, gestão e comercialização para o nicho de loteiros judiciais de todo o país, com foco em hastas judiciais e certames administrativos, como Detran e outros entes do setor público. A NWS oferece aos loteiros judiciais <i>lote prateado white-label</i> . É proprietária do Canal Judicial - marketplace onde ocorre a comercialização de bens pela comunidade de leilões judiciais.

Como o sucesso dos leilões online ofertando ativos de grandes indústrias e corporações, o Grupo Superbid expandiu sua operação para a Argentina, Chile, Colômbia e Peru. Essas controladas internacionais se dedicam à organização de leilões presenciais e online através da plataforma Marketplace e na assessoria e consultoria dos bens ativos. São elas:

Subsidiária	País	Aquisição grupo Superbid
SBN Subastas S.A. (Argentina)	Argentina	Em 20/08/2013 a Companhia passou a deter 50% da participação do capital social
Superbid Chile S.A. ("Chile")	Chile	Em 23/04/2008 a Companhia passou a deter 76% de participação do capital social. Em novembro de 2021 a SBPAR aumentou sua participação para 99,80%.
Superbid Colombia S.A. ("Colômbia")	Colômbia	Em 16/06/2009 a Companhia constituiu a Superbid Colômbia, participando com 80% do seu capital social.
SBD Peru S.A. ("Peru")	Peru	Em 18/12/2013 a Companhia e a Superbid Chile passaram a deter participações de 60,5% e 24%, respectivamente, no capital social da SBD Peru. Em dezembro de 2021 a Superbid Chile deixou de ser sócia e a Companhia aumentou sua participação.

As participações nas empresas do exterior são identificadas coletivamente nas presentes demonstrações financeiras como "Empresas LATAM". 1.2 **Impactos da pandemia provocada pelo COVID-19:** A propagação da COVID-19 continua trazendo desafios relevantes para a economia em escala global. Desde seu início, o Grupo Superbid estabeleceu alianças com o objetivo de preservar os colaboradores, garantir a liquidez de caixa e a continuidade da atividade operacional que continuam em vigor. Nesse contexto a Companhia realizou diversos cenários nesse exercício findo em 31/12/2021 e não observamos impactos significativos no balanço e no fluxo de caixa em relação a possíveis dificuldades financeiras impostas pela pandemia impactada agora pela propagação da variante Delta. Não houve alteração ou atrasos de pagamentos que impactassem de forma material a posição de caixa da Companhia. Dessa forma, na preparação do planejamento financeiro para o exercício de 2021, a Companhia não viu indicativos que pudessem afetar seus resultados e continua acompanhando com atenção possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios e mercado de atuação. 1.3 **Continuidade operacional:** A Companhia prepara suas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. 2. **Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas:** 2.1 **Demonstração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas aplicam as regras da IAS 29/CPC 42 de forma consistente com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas do Comitê de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela CVM, e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB

**continuação.** A Companhia e suas controladas inicialmente mensuraram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo pelo método do resultado. As contas a pagar e a mensuração da perda de crédito esperada. A probabilidade de inadimplência é uma estimativa aplicada durante um período de tempo específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras. Aumento significativo no risco de crédito impacta a perda de crédito esperada. Ao avaliar se o risco de crédito de um ativo aumentou significativamente, a Companhia e suas controladas levam em consideração informações acerca do futuro qualitativas e quantitativas razoáveis e comprováveis. f) Mensurações do valor justo e processos de avaliação: Alguns dos ativos e passivos da Companhia e suas controladas podem ser mensurados pelo valor justo para fins de elaboração das demonstrações financeiras. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, são usados dados observáveis do mercado na medida em que estejam disponíveis. Quando não há informações de Nível 1 disponíveis, outras técnicas de avaliação são utilizadas e informações adequadas ao modelo. Os ativos adquiridos líquidos dos passivos assumidos em combinações de negócio têm seus valores justos mensurados na data da aquisição. Diferenças nos contratos firmados não são avaliadas por diferenças de mensuração de tais valores justos. A contraprestação contingente em combinações de negócios e ativos financeiros não derivativos mantidos para negociação são particularmente sensíveis a mudanças em um ou mais dados observáveis considerados razoavelmente possíveis no próximo exercício. g) Mensurações das taxas de desconto de arrendamentos: As taxas de desconto aplicadas na mensuração dos direitos de uso e passivos de arrendamento foram definidas pela Companhia considerando as taxas incrementais, uma vez que os contratos firmados não possuem a informação da taxa implícita. Para determinação das taxas incrementais, utilizadas como taxas de desconto, a Companhia utilizou informações dos contratos de arrendamento, e adotou premissas, tais como a estrutura de capital da Companhia e o risco do ambiente econômico do país. 4.3. Normas e interpretações adotadas pela Companhia e suas controladas: A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 01/01/2021: • Alterações no CPC 06/IFRS 16 - Reformas relacionadas à COVID-19 concedidos para arrendatários em contrato de arrendamento; e • Alterações ao CPC 40/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS e CPC 06/IFRS 16 - Reforma da taxa de juros de referência. A adoção dessas alterações de normas não resultou impacto relevante sobre as divulgações ou valores divulgados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. 4.4. Normas e interpretações que ainda não estão em vigor: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir: O Grupo Superbit pretende adotá-las, se estiver em vigor a partir de 01/01/2023. • Alteração no Norma IAS 16 - Diferenças temporárias da aplicação de IFRS 9 para seguradoras. Esclarece aspectos referentes a contratos de seguro e a isenção temporária de aplicação da norma IFRS 9 para seguradoras. Alteração à IFRS 4 efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2023. A administração da Companhia está estudando os eventuais efeitos na adoção das referidas normas, no entanto, não é esperado impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros. 5. Caixa e Equivalentes de Caixa: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Caixa	-	7.950
Conta corrente	4.710	49.544
Aplicações financeiras	4.470	1.219
<b>Total</b>	<b>4.473</b>	<b>114.624</b>

 As aplicações financeiras de curto prazo com liquidez estão representadas por Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e investimentos em renda fixa. O rendimento médio em 2021 e 2020 foi de 100% do CDI. 6. Contas a Receber: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Repasses a receber - nacional	-	186
Repasses a receber - exterior	-	1.525
PCLD - Repasses exterior	-	(171)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.540</b>

 Repasses a receber - nacional: Os repasses incluem as faturas do bem vendido, a comissão e as taxas de administração devidas pelo comprador. Após o recebimento dos repasses o bem arrematado pode ser retirado. Até abril de 2020 todo o fluxo financeiro das operações era intermediado pelos leiloeiros (agentes independentes do Grupo Superbit), responsáveis por realizar o repasse do valor do bem arrematado aos comitentes (vendedores) e as comissões e taxas ao Grupo Superbit. Desta forma, os valores de repasses a receber nacionais até esta data eram, em sua maioria, devidos por estes leiloeiros independentes. A partir de 2021 o Grupo Superbit passou a concentrar na S4Payments, empresa de meios de pagamento exclusiva para compradores e vendedores, a cobrança, arrecadação e repasse de lotes e comissões recebidos pelos agentes de vendas atuantes na Superbit Marketplace. Os repasses nacionais destes lotes arrecadados passaram a ser devidos diretamente pelos arrematantes e não mais pelos leiloeiros, cabendo à S4Payments a consolidação e transferência de valores e comissões recebidas aos seus respectivos favorecidos. A exceção deste processo são os valores devidos em arrematações judiciais, algumas vezes realizadas pela administração pública, que são estendidas até hoje. 7. Investimentos: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Chile	(378)	(6.090)
<b>Total</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(6.090)</b>

 (a) Participação na empresa SB Argentina SA ("SBA"). Em 2016 o Grupo Superbit concordou com encerramento de suas atividades comerciais, dando início ao processo de dissolução, que se estendeu até hoje. (b) Movimentação dos saldos de investimentos: As movimentações nos saldos das controladas estão demonstradas a seguir. 8. Ativos e Passivos Assumidos na Data de Aquisição foram: 

	Valores	Ajustes a Valores
	Antes	Depois
Caixa e equivalentes	-	-
Integrações de capital em parcelas	1.230	1.230
Ativo circulante	-	1.230
Imobilizado	3	3
Intangível	232	803
Ativo não circulante	235	803
Passivos	-	-
Emprestimos	1	1
Fornecedores	89	89
Obrigações tributárias	1	1
Adiantamento de clientes	1	1
Mútuo com sócios	71	71
Outras obrigações	2	2
Passivo Circulante	165	165
Patrimônio Líquido	-	-
Capital social	200	200
Prejuízos acumulados	(130)	(130)
Ajustes a mercado	-	2.033
Patrimônio líquido	70	2.033
Ativos adquiridos,	-	-
líquidos dos passivos assumidos	70	2.033

 A combinação de negócios resultou no reconhecimento de um ativo baseado em rentabilidade futura de RS\$87, reconhecido junto ao investimento, no julgamento da administração, refletindo as perdas esperadas em função de. Para fins de determinação do valor recuperável da carteira de clientes adota-se a perda de 33% do saldo a cada ano vencido até que se complete 100% do montante. 7. Adiantamento: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Funcionários	-	630
Viagens	-	74
Fornecedores	50	3.095
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>3.792</b>

 8. Tributos a Recuperar: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Tributos s/ lucro a compensar (a)	-	4.371
Saldos negativos	-	1.416
Tributos retidos na fonte (b)	27	1.192
Tributos a compensar	390	379
IVA e outros tributos LATAM a compensar (c)	-	3
<b>Total</b>	<b>417</b>	<b>379</b>

 (a) Créditos de IRPJ e CSLL por estimativa realizada a maior. (b) Tributos retidos derivado de operações de compras e emissão de notas de cobrança. (c) Inclui tributos específicos das Empresas LATAM, tais como IVA, IGV e ICA. 9. Tributos Diferidos: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Diferenças temporárias (a)	-	1.260
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.260</b>

 (a) Diferenças temporárias entre a base contábil e fiscal de tributos sobre as receitas que advêm das operações nas Empresas LATAM. Com base na expectativa de realização efetuada pela Administração, os impostos diferidos estão reconhecidos em 31/12/2021 e 2020 no ativo do consolidado serão realizados conforme demonstrativo a seguir: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Ano	-	-
2021	150	94
2022	949	285
2023	311	-
Após 2023	-	-

 Imposto diferido sobre diferenças temporárias ativas, prejuízo fiscal e base negativa de CSLL. 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Passivo	-	-
IRPJ e CSLL sobre IGA (a)	-	7.129
Impostos diferidos - Latam	-	2
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>7.131</b>

 (a) Passivo fiscal diferido por diferenças temporárias tributáveis relacionadas ao ativo na combinação de negócios realizada entre a MaisAtivo e SOLD (ver também nota explicativa nº11). O passivo é reconhecido à medida em que o ativo é amortizado para fins de apuração do IRPJ e de CSLL. 10. Outros Valores a Receber: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Cauções - aluguel	-	721
Venda de participação societária (a)	650	848
Claudio Rubens	-	-
Outros valores a receber	-	145
<b>Total</b>	<b>650</b>	<b>848</b>

 (a) Saldo a receber relativo à venda de 99% do capital social da SAA, com vencimentos até 2024, conforme nota explicativa nº11. 11. Investimentos: Os investimentos são representados pelos saldos a seguir: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
S4PCobrança	1.088	998
S4Payments	17.005	8.792
MaisAtivo	9.115	10.147
SBWS	4.048	1.967
Peru	4.616	3.282
Colômbia	5.624	3.084
Argentina	41.596	28.461
<b>Subtotal</b>	<b>22</b>	<b>22</b>
Particip. em não controlada (a)	-	20
Obras de arte	41.618	28.482
<b>Total</b>	<b>41.618</b>	<b>28.482</b>

 (a) Participação na empresa SB Argentina SA ("SBA"). Em 2016 o Grupo Superbit concordou com encerramento de suas atividades comerciais, dando início ao processo de dissolução, que se estendeu até hoje. 12. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Chile	(378)	(6.090)
<b>Total</b>	<b>(1.170)</b>	<b>(6.090)</b>

 (a) Participação na empresa SB Argentina SA ("SBA"). Em 2016 o Grupo Superbit concordou com encerramento de suas atividades comerciais, dando início ao processo de dissolução, que se estendeu até hoje. 13. Imobilizado: A composição do imobilizado, somente do consolidado, está representada a seguir: 

	31/12/2021	31/12/2020
Custo acumulado	2.834	(2.225)
Depreciação acumulada	(1.262)	(609)
<b>Total</b>	<b>1.572</b>	<b>(2.834)</b>

 14. Intangível: A composição do intangível, somente do consolidado, está representada a seguir: 

	31/12/2021	31/12/2020
Custo acumulado	3.018	(1.197)
Depreciação acumulada	(17)	-
<b>Total</b>	<b>3.001</b>	<b>(1.197)</b>

 15. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 16. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 17. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 18. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 19. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 20. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 21. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 22. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 23. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 24. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 25. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 26. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 27. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado
	31/12/21	31/12/20
Computadores e periféricos	2.841	127
Móveis e utensílios	1.215	117
Edificações	294	-
Máquinas e equipamentos	250	1
Instalações	346	-
Benefitórias em imóveis de terceiros	2.740	(2.740)
Equipamentos de telefonia	136	(102)
Veículos	639	(332)
<b>Subtotal</b>	<b>8.485</b>	<b>(6.717)</b>
Outros: Outros	17	-
<b>Total</b>	<b>8.502</b>	<b>(6.717)</b>

 28. Depreciação: 

	Controladora	Consolidado</
--	--------------	---------------

